



# RELATÓRIO & CONTAS

## 2022





A CAPITI conta com uma equipa que controla a gestão corrente da atividade bem como os orçamentos e relatórios necessários, conforme apresentado neste documento.

A equipa é constituída pelos seguintes elementos:

**Manuel Jerónimo**

Coordenação

**Ana Oliveira da Silva**

Voluntária Regular

**Raquel Madeira**

Apoio



## Reunião XXXV– Reunião de Direção

Dia 13/03/2023

Hora 09.30h

PIN PA, Piso 1

### Participantes:

Filipa Tavares

Helena Lopo Carvalho

Inês Murteira

Manuel Jerónimo

Mariana Saraiva

Pureza Mello

Teresa Cunha

### Extrato da Ata da Reunião

(...)

#### CAPITI | Financeira

- A **Assembleia Geral** será dia 31/03, na Vda.

- As contas de 2022, **Balanço e Demonstração de Resultados**, foram apresentadas e aprovadas por unanimidade

- A Direção propôs a aplicação do resultado líquido positivo no valor de 7.808,98€ para os resultados transitados. Esta proposta foi igualmente aprovada por unanimidade.

(...)

## Balanço

CAPITI - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Infantil, IPSS

Balanço em 31 de Dezembro de 2022

Unidade Monetária: Euros

	NOTAS	2022	2021
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo corrente:</b>			
Créditos a receber	5	23.670,58	14.818,08
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Diferimentos	10	200.000,00	200.000,00
Caixa e depósitos bancários	6	69.328,85	70.959,40
<b>Total do Activo</b>		<b>292.999,43</b>	<b>285.777,48</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais:</b>			
Resultados transitados		284.318,01	263.718,66
Resultado líquido do período		7.808,98	20.599,35
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>292.126,99</b>	<b>284.318,01</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo corrente:</b>			
Fornecedores	7		162,50
Estado e outros entes públicos	8	9,01	211,92
Outras contas a pagar	9	863,43	1.085,05
<b>Total do passivo</b>		<b>872,44</b>	<b>1.459,47</b>
<b>Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo</b>		<b>292.999,43</b>	<b>285.777,48</b>



## Demonstração de Resultados

### CAPITI - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Infantil, IPSS

Demonstração de Resultados por Natureza a 31 de Dezembro de 2022

Unidade Monetária: Euros

	NOTAS	2022	2021
Vendas e serviços prestados		2.760,00	
Fornecimentos e serviços externos	12	(201.590,64)	(160.447,84)
Gastos com o pessoal	11	(36.917,97)	(24.391,41)
Outros rendimentos	13	243.847,43	205.547,29
Outros gastos		(289,84)	(108,69)
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>7.808,98</b>	<b>20.599,35</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>7.808,98</b>	<b>20.599,35</b>

## ANEXO

### EXERCÍCIO DE 2022

A associação Crianças da Vila IPSS, NIF.507444515, alterou o seu nome e os seus estatutos no decorrer do ano de 2017 para CAPITI – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Infantil, continuando como uma Instituição particular de solidariedade social, reconhecimento ocorrido em DR, 2ª série, nº 189 de 29 de Setembro de 2006, tendo como finalidade garantir o acesso a crianças e famílias a serviços na área do desenvolvimento infantil e saúde mental.

A sede está situada em Paço de Arcos, na Rua Calvet de Magalhães, 244 – Piso 0/1.

#### 1. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

##### 1.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

###### 1.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

###### 1.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

###### 1.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### 1.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### 1.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

#### 1.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

## 1.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 1.2.1 Ativos fixos tangíveis

Os “ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

### 1.2.2. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimentos de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento

### 1.2.3. Ativos Intangíveis

Os “ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade. São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos. As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

#### 1.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

##### Cientes/Utentes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As prestações de clientes são realizadas em condições normais e os pagamentos são efetuados no início do mês.

##### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

##### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

##### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

## 2. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

### Provisões

No período de 2022 não ocorreram movimentos referentes a provisões.

### Passivos contingentes

Não existem obrigações passadas que possam comprometer o resultado futuros incertos que não resultem totalmente do controlo da Instituição, nem de obrigações presentes que resultem dos acontecimentos passados.

### Ativos contingentes

Não existem valores de serem relatados, por não existirem eventos futuros incertos que não resultam totalmente do controlo da Instituição.

### 3. Subsídios do Governo e apoios do Governo

No período de 2022 não ocorreram subsídios nem apoios do governo.

### 4. Imposto sobre o Rendimento

A atividade da Instituição está isenta de impostos sobre o rendimento.

### 5. Créditos a receber

Nas contas de créditos a receber, apuraram-se os seguintes valores:

	2022	2021
Clientes c/c		
PIN – Progresso Infantil	12.007,28	3.701,55
Oficina dos Mimos	300,00	249,60
Fislo S. Brás	598,80	728,40
Psicontacto	1.267,27	1.555,65
Magnetpalavras	1.081,54	2.000,00
Hovlone	5.000,00	
Psimanía	2.055,69	
Gestrel	800,00	
Outros	560,00	
	<b>23.670,58</b>	<b>8.235,20</b>

### 6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

	2022	2021
BPI	18.962,06	19.758,01
Santander	50.366,79	51.201,39
<b>TOTAL</b>	<b>69.328,85</b>	<b>70.959,40</b>

## 7. Fornecedores

Na rubrica de Fornecedores, não se registam dívidas em 31 de dezembro de 2022.

## 8. Estado e Outros Entes Públicos

A 31 de dezembro de 2022, a CAPITI não tinha colaboradores no ativo e por isso não transitaram saldos nas contas de IRS e TSU.

	2022	2021
IRS		59,00
TSU		138,96
Fundo Compensação	9,01	13,96
<b>TOTAL</b>	<b>211,92</b>	<b>214,00</b>

## 9. Outras Contas a Pagar

Nesta rubrica estão registrados os recebimentos de clientes não identificados e por isso não foi emitida Fatura.

	2022	2021
Consumidor Final	863,43	0,00

## 10. Diferimento de Proveitos

A CAPITI tem a preocupação de constituir uma reserva para acautelar o pagamento dos futuros tratamentos das crianças e jovens em acompanhamento, uma vez que estes tratamentos se prolongam em média 3 a 4 anos.

	2022	2021
2022		60.000,00
2023	60.000,00	40.000,00
2024	40.000,00	20.000,00
2025	20.000,00	80.000,00
2026	80.000,00	
	<b>200.000,00</b>	<b>200.000,00</b>

## 11. Gastos com o pessoal

No ano de 2022, houve um aumento da equipa CAPITI, e por esse motivo os custos com o pessoal aumentaram consideravelmente em relação ao período de 2021.

	2022	2021
Vencimentos	29.646,68	19.600,00
Encargos sobre remunerações	6.682,14	4.370,80
Seguros	252,37	252,37
Fundo Compensação	336,78	168,24
<b>TOTAL</b>	<b>36.917,97</b>	<b>24.391,41</b>

## 12. Fornecimentos e serviços externos

No ano de 2022, contratamos uma empresa para nos ajudar a renovar a imagem do leilão das obras de arte, permitindo assim uma melhor divulgação da ação. Este custo está refletido na rubrica "Publicidade e Propaganda".

Devido ao aumento da rede clínica e dos atos clínicos, esta rubrica também cresceu em relação ao ano anterior.

	2022	2021
<b>Serviços Especializados</b>		
Serviços Clínicos	189.725,43	153.074,00
Eventos	3.164,00	2.571,02
Serviços Informáticos	273,42	2.609,08
Serviços RH	404,18	295,20
Publicidade e Propaganda	6.642,00	0,00
Outros	72	110,88
	<b>200.281,03</b>	<b>158.660,18</b>
<b>Materiais</b>		
Material gráfico	0,00	599,33
Ferramentas desgaste rápido	189,8	227,52
	<b>189,80</b>	<b>826,85</b>
<b>Despesas de Representação</b>		
Deslocações	615,61	86,51
	<b>615,61</b>	<b>86,51</b>

<b>Comunicação</b>		
Telemóvel	116,07	161,51
	<b>116,07</b>	<b>161,51</b>
<b>Despesas Diversas</b>		
Despesas Bancárias	268,13	296,32
Outros	120,00	416,47
	<b>388,13</b>	<b>416,47</b>
<b>TOTAL</b>	<b>201.590,64</b>	<b>160.151,52</b>

### 13. Outros rendimentos

O investimento feito na equipa e na imagem do leilão, traduziu-se num aumento de donativos, de valores angariados em eventos e em prémios.

	2022	2021
Donativos	141.648,54	137.386,98
Eventos	63.328,24	54.960,27
Consignação IRS	15.734,65	7.375,18
Prémios	23.136,00	2.000,00
Quotas	2.760,00	3.824,86
<b>TOTAL</b>	<b>246.607,43</b>	<b>205.547,29</b>

### 14. Considerações Finais

Apesar de tempos instáveis devidos à guerra e elevadas taxas de inflação, conseguimos aumentar o valor recebido em donativos, permitindo assim alargar a nossa rede clínica e aumentar os atos clínicos apoiados pela CAPITI.

O investimento feito na equipa e na contratação empresas especializadas na área da comunicação foi uma aposta ganha, pois permitiu-nos aumentar os donativos.

Apesar da redução do Resultado Líquido face ao ano anterior, o mesmo foi positivo, não havendo por isso a necessidade da utilização dos diferimentos que estavam previstos para este ano, alargando os mesmos até ao ano de 2026.

Paço de Arcos, 16 de março de 2023

A Direção:

O Contabilista Certificado:



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados,

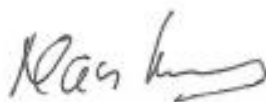
O Conselho Fiscal da CAPITI, IPSS no cumprimento das condições legais e estatutárias, analisou o relatório de contas relativo a 2022, tendo emitido parecer favorável sobre os mesmos.

Lisboa, 15 de Março de 2023

O Conselho Fiscal



Maria do Rosário Libano Monteiro – Presidente



Maria Carlota de Castello Branco – Vogal



Maria da Graça Nunes de Carvalho - Vogal



*upson*

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **CAPITI – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Infantil, IPSS**, (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 292 999 euros e um total de capital próprio de 292 127 euros, incluindo um resultado líquido de 7 809 euros), e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da CAPITI em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo que integra o Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfase

Apesar dos impactos negativos provocados pela guerra e as taxas de inflação elevadas, considera o Órgão de Gestão da Entidade que a continuidade das operações estará assegurada.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo que integra o Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

2

## CAPITI

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo que integra o Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo que integra o Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.



3

**CAPITI**

Lisboa, 07 de março de 2023

AUREN Auditores & Associados, SROC, S.A. (SROC n.º 123)  
Representada por

Maria do Rosário Libano Monteiro (ROC n.º 371)



**CAPITI**

**Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Infantil**

Morada

Rua Calvet de Magalhães, 244 – Piso 0

2770-022 Paço de Arcos

Instalações gentilmente cedidas pelo PIN-Progresso Infantil

[www.capiti.pt](http://www.capiti.pt)

E-mail: [geral@capiti.pt](mailto:geral@capiti.pt)

NIF: 507 444 515

IBAN: PT50 0018 2032 0356 2276 0205 6

MBway: 937 043 465